



F.M.A.S Aliança-TO
Fls. N° 08



JUSTIFICATIVA ANÁLISE DE RISCOS

Com base na IN 05 2017: Art. 20. O Planejamento da Contratação, para cada serviço a ser contratado, consistirá nas seguintes etapas: I - Estudos Preliminares; II - Gerenciamento de Riscos; e III - Termo de Referência ou Projeto Básico. § 1º As situações que ensejam a dispensa ou inexigibilidade da licitação exigem o cumprimento das etapas do Planejamento da Contratação, no que couber. § 2º Salvo o Gerenciamento de Riscos relacionado à fase de Gestão do Contrato, as etapas I e II do caput ficam dispensadas quando se tratar de: a) contratações de serviços cujos valores se enquadram nos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993 e **no Art. 75, inciso I e II, da Lei 14.133/21**, o processo que se refere a Solicitação nº 20280 de 16 janeiro de 2024, dispensa análise de risco, por se tratar de valores abaixo da dispensa de licitação. Art. 75, "II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;". Seguindo esta determinação do art. 182 da lei para 2023, foi editado, em 29 de dezembro de 2023, o Decreto 11.871, que substitui o anterior Decreto nº 11.317, na atualização dos valores da lei. O decreto aplica o IPCA para reajustar os valores nominais da Lei nº 14.133/2021, Assim, os valores de contratação direta foram atualizados para: R\$ 59.906,02 em outros serviços e compras.

Aliança do Tocantins, 17 de janeiro de 2024.

ROSÂNGELA RODRIGUES GUIMARÃES
Secretária Municipal de Assistência Social
Aliança do Tocantins – TO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ADM: 2021/2024

JUSTIFICATIVA DE INEXISTÊNCIA DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Considerando o Art. 8º do Decreto Municipal nº 136/2021 de 01 de setembro de 2021, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Município de Aliança do Tocantins -TO. Em âmbito municipal, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será opcional no caso em que se refere a Solicitação nº 20280 de 16 janeiro de 2024, deste modo está desobrigada a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP.

Aliança do Tocantins, 17 de janeiro de 2024.



Rosângela Rodrigues Guimarães
Secretária de Assistência Social
Ordenadora de despesas